

Instituição Legal do PNEF

UF	Documento	Determina	Sobre Educação
AC			
AL	DECRETO Nº38.591 –16/10/2000	Institui o Programa Permanente Estadual de Educação Fiscal – PEF, e dá outras providências.	Parágrafo único. As ações de educação formal serão implantadas na matriz curricular do ensino fundamental e médio das escolas públicas estaduais, na forma da legislação específica.
AM	DECRETO Nº 19.629, DE 29 JANEIRO DE 1999	INSTITUI o Programa de Educação Tributária a ser implantado na rede oficial e particular de ensino e dá outras providências.	Art. 1º Fica instituído o Programa de Educação Tributária a ser implantado nas escolas da rede oficial e particular de ensino fundamental e médio, sediados no território do Estado do Amazonas.
Manaus	DECRETO Nº 0763, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.	INSTITUI o Programa de Educação Fiscal no Município de Manaus e dá outras providências.	Art. 1º Fica instituído o Programa de Educação Fiscal no Município de Manaus, a ser desenvolvido, de forma sistemática e permanente, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede oficial e privada, nos órgãos públicos, nas universidades, sindicatos, associações, conselhos representativos de classes, fundações e em todos seguimentos da sociedade.
AP	Decreto Nº 0426 de 26 de fevereiro de 1999	Institui o Programa de Educação Tributária a ser implantado na rede estadual de ensino.	Art. 1º - Fica instituído o Programa de Educação Tributária a ser implantado nas escolas de 1º e 2º grau da rede estadual de ensino.
BA	DECRETO Nº 15.737 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014	Institui o Grupo de Educação Fiscal do Estado da Bahia - GEFE/BA.	Art. 2º: XII - estimular a inserção curricular da educação fiscal na rede de ensino;
CE	Decreto nº 25.326/98 Publicado no DOE em 8 nov 1999	Institui, no âmbito do Programa de Educação Tributária, o Concurso "Tributos em Cartaz", na forma que indica.	Art. 1º Instituir no âmbito do Programa de Educação Tributária o concurso "Tributos em Cartaz", direcionado aos alunos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, devidamente matriculados da 5ª à 8ª série, objetivando detectar a assimilação do tema pelo público alvo do Programa.
Fortaleza	LEI Nº 9825, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	O Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Educação (SME), deverá incluir, de forma transversal, nos conteúdos programáticos repassados aos alunos da rede pública municipal de ensino a discussão acerca da educação fiscal e financeira, para o pleno exercício da cidadania.
DF	Decreto Nº 19.734, de 28 de outubro de 1998	Institui o Programa de Conscientização e Educação Tributária - PROCET/DF a ser implementado no Distrito Federal	II - Acompanhar a elaboração e a revisão do material didático a ser utilizado em projetos de educação tributária
	DECRETO Nº 35.686, DE 29 DE JULHO DE 2014.	Dispõe sobre o Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal – PEF/DF e dá outras providências.	V – incentivar a inserção dos temas ligados à educação fiscal nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas atendidas; X - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
ES	LEI Nº 4.628 (D.O. 21/01/92)	Institui a matéria tributária nos currículos das escolas de 1º e 2º graus, da rede pública e privada do Estado do Espírito Santo	Fica introduzido o estudo de matéria tributária nos currículos das escolas de 1º e 2º graus, da rede pública e privada do Estado do Espírito Santo, além dos conteúdos mínimos fixados em lei para o ensino obrigatório, nos termos do art. 172, § 3º, da Constituição Estadual.
GO	DECRETO Nº 6.807, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.	Institui o Grupo de Educação Fiscal e dispõe sobre os procedimentos e ações pertinentes aos órgãos envolvidos na gestão do Programa Nacional de Educação Fiscal, no âmbito do Estado do Goiás	
	DECRETO Nº 7.691, DE 03 DE AGOSTO DE 2012.	Altera dispositivos do Decreto nº 6.807, de 29 de outubro de 2008	
Goiânia	DECRETO Nº 509, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.	Institui o Programa de Educação Fiscal de Goiânia - PEFG e dá outras providências	Art. 3º, § 2º, I - subsidiar pedagogicamente as ações relativas ao PEFG no âmbito das escolas públicas do Município;
MA	Decreto Nº 16.847 de 28 de junho de 1999	Institui o Programa de Educação Tributária para a Cidadania a ser implantado na rede oficial de ensino e dá outras providências.	Fica instituído o Programa de Educação Tributária para a Cidadania, a ser desenvolvido nas escolas do ensino fundamental e médio da rede oficial de ensino e nas comunidades, tendo dois objetivos: I - incorporar a educação tributária ao currículo escolar, de forma transversal, sem constituir matéria específica, mas como temática a ser integrada na prática pedagógica, de modo a sensibilizar a comunidade escolar quanto à função sócio-econômica do tributo;
MG	DECRETO Nº 46.374, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013	Dispõe sobre o Programa de Educação Fiscal Estadual.	
	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF – SEE – CGE Nº 4650, DE 13 DE MARÇO DE 2014.	Cria Grupo de Implementação da Educação Fiscal (GIEF).	Art. 3º: III – disponibilizar material básico e de instrução referente à Educação Fiscal; e IV – participar dos processos de internalização da Educação Fiscal nas escolas de Minas Gerais. Art. 4º: III – monitorar e avaliar a implementação dos projetos na rede estadual de ensino.
MS	DECRETO N. 10.026, DE 14 DE AGOSTO DE 2000.	Institui a Comissão de Desenvolvimento do Programa Estadual de Educação Fiscal e dá outras providências.	
MT	DECRETO Nº 1.370, DE 12 DE SETEMBRO DE 2003.	Institui o "Programa Consciência Fiscal" em Território Mato-grossense	Art. 5º: IV - inserir a educação fiscal, de forma transversal, no planejamento da escola, criando condições para uma reflexão permanente do corpo discente, docente e da comunidade escolar, em relação à cidadania;
PA	DECRETO Nº 4.014, DE 24 DE ABRIL DE 2000	Institui o Programa de Educação Fiscal, a ser implantado no Estado do Pará, e cria o Grupo Educação Fiscal.	Art1º: I - I- incorporação da Educação Fiscal ao currículo escolar, como temática transversal, permeando as diversas disciplinas, de modo a sensibilizar a comunidade escolar quanto à função sócio- econômica dos tributos;

PB	Portaria Conjunta nº 0001/12-SER/SEE, DE 15 DE AGOSTO DE 2012	Implementar, no Estado da Paraíba, o Programa Nacional de Educação Fiscal	Art 5º: IX - Manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular da Educação Fiscal na rede pública de ensino;
PE	DECRETO No. 20.735, DE 14 DE JULHO DE 1998.	Institui o Programa de Educação e Conscientização Tributária a ser implantado na rede oficial de ensino e dá outras providências.	Art. 1o. Fica instituído o Programa de educação e conscientização Tributária, a ser desenvolvido, a partir do mês de maio de 1998, nas escolas do ensino fundamental e médio da rede oficial de ensino e nas comunidades, tendo dois objetivos básicos: I - incorporação da educação tributária ao currículo escolar, sem constituir matéria específica, mas como temática a ser integrada na prática pedagógica, permeando as diversas disciplinas, de modo a sensibilizar a comunidade escolar quanto a função socioeconômica do tributo;
	DECRETO Nº 27.039, DE 18 DE AGOSTO DE 2004.	Redenomina para Programa de Educação Fiscal, o Programa instituído pelo Decreto nº 20.735, de 14 de julho de 1998, alterando os respectivos objetivos.	IV - incorporar a Educação Fiscal ao currículo escolar, de forma transversal nas diversas disciplinas, como temática integrada à prática pedagógica;
PI	Dec. 10.745/02, de 06 de março de 2002	Institui o Programa de Educação Fiscal e dá outras providências.	Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ a ser desenvolvido, de forma sistemática e permanente, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede oficial e privada de ensino, nas universidades e em todos os segmentos da sociedade, tendo como objetivos essenciais:
PR	Decreto 5739, de 29 de Agosto de 2012	Institui o "Programa Estadual de Educação Fiscal – PEEF/PR" - SETI	
RJ	DECRETO Nº 26.023 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000	Institui o Programa de Educação Fiscal e dá outras providências.	Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a ser desenvolvido, de forma sistemática e permanente, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede oficial e privada de ensino, nas Universidades e em todos os segmentos da sociedade, tendo como objetivos essenciais :
	LEI Nº 5.900, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011	Institui o dia Estadual da Educação Fiscal e dá outras providências. (25 de Fevereiro)	Art. 2º No Dia Estadual da Educação Fiscal deverão ser desenvolvidas ações de comemoração nas escolas das redes oficial e privada de ensino e nas Secretarias de Estado de Fazenda e de Educação.
RN	DECRETO Nº 13.621, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1997	Institui o Programa de Educação Tributária a ser implantado na rede oficial de ensino.	Art. 1º - Fica instituído o Programa de Educação Tributária a ser desenvolvido nas escolas de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino
RO	DECRETO Nº 9.061, DE 14 DE ABRIL DE 2000.	Regulamenta a Lei nº 860, de 16 de dezembro de 1999	Art. 1º - Fica instituído o Programa de Educação Tributária - PET, no âmbito das instituições estaduais e municipais de ensino, objetivando conscientizar alunos, professores, pais e a sociedade em geral sobre a importância do pagamento de tributos, bem como esclarecer sobre o papel do Estado de arrecadar tributos e aplicá-los eficientemente para o desenvolvimento da sociedade e o pleno exercício da cidadania.
	LEI Nº 860, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999.	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Educação Tributária - PET.	Art. 2o - Constituem-se ações básicas do Programa de Educação Tributária - PET: I - a orientação dos alunos das escolas estaduais e municipais, do ensino fundamental, sobre a importância da emissão de nota fiscal, independente do valor da compra;
RR	LEI Nº 856 DE 18 DE JULHO DE 2012.	Institui o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEEF/RR, nos termos da Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002	Art.7º: XI - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação a fim de estimular a inserção curricular da Educação Fiscal na rede pública de ensino;
RS	DECRETO Nº 42.621, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2003	Regulamenta o artigo 5º da Lei nº 11.930, de 23 de junho de 2003, que instituiu o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS.	Art. 3º: XII - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
	Lei Nº 11.930, DE 23 DE JUNHO DE 2003	Institui o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS e dá outras providências	Art. 6º: XII - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
	LEI Nº 14.705, DE 25 DE JUNHO DE 2015.	Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	7.33 Implantar, em regime de colaboração entre o Estado e municípios, ações e temas de educação fiscal, com vista à construção da cidadania nas escolas de educação básica da rede pública do Rio Grande do Sul;
Porto Alegre	Lei Nº 11543 DE 07 DE JANEIRO DE 2014	Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal do Município de Porto Alegre (PMEFPA) e dá outras providências.	
SC	DECRETO Nº 239, de 3 de maio de 2007	Institui o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/SC.	III - elaboração de material pedagógico com a participação de educadores da rede de ensino a qual ele se destina;
SE	DECRETO Nº 18.008, de 25 de março de 1999	Institui o Programa Estadual de Educação Tributária - PET, e dá providências correlatas.	2.2. Projeto: EDUCAÇÃO FORMAL. Introdução de conteúdo do currículo básico dos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio das redes públicas e particular de ensino (Educação Tributária).
SP	Decreto nº 57.362, de 23 de setembro de 2011	Institui o Grupo de Educação Fiscal Estadual de São Paulo - GEFE/SP e dá providências correlatas	Art. 2º: XI - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
TO	DECRETO NO 5.146, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014	Institui o Grupo Estadual de Educação Fiscal – GEFE, e adota outras providências.	